LUMEN ET VIRTUS
ISSN: 2177-2789

ENTRE A DOR PESSOAL E O SOFRIMENTO ESTRUTURAL: UMA CRÍTICA DECOLONIAL A SOCIEDADE PALIATIVA DE BYUNG-CHUL HAN

BETWEEN PERSONAL PAIN AND STRUCTURAL SUFFERING: A DECOLONIAL CRITICISM OF BYUNG-CHUL HAN'S PALLIATIVE SOCIETY

ENTRE EL DOLOR PERSONAL Y EL SUFRIMIENTO ESTRUCTURAL: UNA CRÍTICA DESCOLONIAL A LA SOCIEDAD PALIATIVA DE BYUNG-CHUL HAN

https://doi.org/10.56238/levv16n52-011

Data de submissão: 08/08/2025 **Data de publicação:** 08/09/2025

Gustavo Simas da Silva
Doutorando e Mestre em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento
E-mail: gustavosimassilva@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio analisa a obra Sociedade Paliativa: a dor hoje de Byung-Chul Han (2021) a partir de quatro eixos: (i) a "fisiologia" do sofrimento em opressores versus oprimidos, (ii) a dimensão comunitária da dor, (iii) a polissemia ético-política do sofrimento e (iv) a hermenêutica crítica da dor; ponderando seus méritos ao demonstrar como a algofobia e o imperativo da positividade instauram um regime cultural e político que anestesia dissensos e desloca o sofrimento ao âmbito privado, mas também suas limitações, sobretudo na omissão das dores estruturais de populações racializadas e colonizadas. Discute-se como a democratização do alívio, ao silenciar o conflito, serve aos interesses das elites ao mesmo tempo em que esconde processos violentos contra grupos marginalizados, e propõe-se uma ampliação de sua tese via perspectivas decoloniais, revalorização dos rituais de catarse coletiva e distinção entre dores existenciais e dores estruturais, bem como a construção de uma hermenêutica plural e situada da dor capaz de articular reconhecimento empático e engajamento político

Palavras-chave: Algofobia. Sociedade Paliativa. Dor. Positivismo Tóxico. Resistência Decolonial. Hermenêutica da Dor. Sofrimento Comunitário. Polissemia Política.

ABSTRACT

This essay analyzes Byung-Chul Han's (2021) book *Palliative Society: Pain Today* from four axes: (i) the "physiology" of suffering in oppressors versus oppressed, (ii) the community dimension of pain, (iii) the ethical-political polysemy of suffering, and (iv) the critical hermeneutics of pain. It considers its merits in demonstrating how algophobia and the imperative of positivity establish a cultural and political regime that anesthetizes dissent and displaces suffering to the private sphere. It also examines its limitations, especially in omitting the structural pain of racialized and colonized populations. The article discusses how the democratization of relief, by silencing conflict, serves the interests of elites while concealing violent processes against marginalized groups. It proposes expanding this thesis through decolonial perspectives, revaluing rituals of collective catharsis, and distinguishing between existential and structural pain. It also proposes the construction of a plural and situated hermeneutics of pain capable of articulating empathic recognition and political engagement.

Keywords: Algophobia. Palliative Society. Pain. Toxic Positivism. Decolonial Resistance. Hermeneutics of Pain. Community Suffering. Political Polysemy.

RESUMEN

Este ensayo analiza el libro de Byung-Chul Han (2021), *Sociedad Paliativa: El Dolor Hoy*, desde cuatro ejes: (i) la fisiología del sufrimiento en opresores versus oprimidos, (ii) la dimensión comunitaria del dolor, (iii) la polisemia ético-política del sufrimiento, y (iv) la hermenéutica crítica del dolor. Considera sus méritos al demostrar cómo la algofobia y el imperativo de positividad establecen un régimen cultural y político que anestesia la disidencia y desplaza el sufrimiento a la esfera privada. También examina sus limitaciones, especialmente al omitir el dolor estructural de las poblaciones racializadas y colonizadas. El artículo analiza cómo la democratización del alivio, al silenciar el conflicto, favorece los intereses de las élites al tiempo que oculta los procesos violentos contra los grupos marginados. Propone ampliar esta tesis a través de perspectivas decoloniales, revalorizando los rituales de catarsis colectiva y distinguiendo entre el dolor existencial y el estructural. También propone la construcción de una hermenéutica plural y situada del dolor, capaz de articular el reconocimiento empático y el compromiso político.

Palabras clave: Algofobia. Sociedad Paliativa. Dolor. Positivismo Tóxico. Resistencia Decolonial. Hermenéutica del Dolor. Sufrimiento Comunitario. Polisemia Política.

1 INTRODUÇÃO

"Nada deve provocar dor. Não apenas a arte, mas também a própria vida tem de ser instagramável… livre de conflitos e contradições que poderiam provocar dor" (Han, 2021). Byung-Chul Han diagnostica na contemporaneidade uma "algofobia", isto é, uma aversão sistemática à dor que se tornou traço definidor da vida social em Sociedade Paliativa: a dor hoje (2021). Segundo Han, vivemos numa sociedade do Curtir [Gefällt-mir], obcecada pela positividade e pelo bem-estar instantâneo, na qual o like funciona como um microanalgésico onipresente, já distante da Sociedade Disciplinar de Foucault, como se apresenta no Quadro 1. Nada que gere desconforto tem permissão para subsistir publicamente. Para Han, essa anestesia cultural representa um regime paliativo que suprime deliberadamente o negativo – conflitos, perdas, críticas – em favor de uma fachada de otimismo perpétuo. O resultado é uma sociedade aparentemente feliz mas espiritualmente entorpecida, que perde a capacidade de confrontar verdades incômodas e de experimentar uma vida autenticamente humana (Silva Maia; Almeida, 2024).

Na obra, o filósofo sul-coreano mobiliza uma linhagem filosófica predominantemente germânica (Hegel, Adorno, Heidegger, entre outros) para reabilitar a importância da dor como experiência fundante da verdade, da ética e da relação com o outro. Tal como em Adorno – que insistia que dar voz ao sofrimento é condição de toda verdade; embora não seja "toda a verdade" (Guerra, 2025) – Han alerta que, ao eliminar a dor, elimina-se também a alteridade e a profundidade da experiência humana. A "sociedade do excesso de positividade" não atribui qualquer sentido suportável ao sofrer, preferindo bani-lo por completo. No entanto, ele também enfatiza (trazendo Heidegger e a tradição dialética) que o confronto com a dor pode ter um valor revelador e purificador, capaz de catalisar catarse e autenticação do eu. Sua análise percorre desde a política – onde se instaura uma *"democracia paliativa"* avessa a conflitos – até a esfera digital e cultural, mostrando como a lógica paliativa coloniza a vida cotidiana, transformando críticas em "discurso tóxico" e reduzindo insurgências coletivas a patologias individuais (depressões, burnout, etc.).

Quadro 1: Paradigmas de Poder e Dor (Foucault e Han)

Característica	Sociedade Disciplinar (Foucault)	Sociedade do Desempenho (Han)	Sociedade Paliativa (Han)
Verbo Dominante	Dever (*Sollen*)	Poder (*Können*)	Curtir (*Gefallen*)
Lógica do Poder	Negatividade (Proibição, Repressão)	Positividade (Iniciativa, Motivação)	Positividade (Bem-estar, Ausência de dor)

Fonte da Coerção	Externa (Instituições, Mestre)	Interna (Autoexploração, o "Eu" como projeto)	Interna e Externa (Algoritmos, Coação à felicidade)
Sujeito Típico	Sujeito da obediência	Sujeito do desempenho	O "último ser humano"
Patologia Central	Loucos, Criminosos	Depressivos, Esgotados (Burnout)	Dores crônicas, Ansiedade, Vazio de sentido.
Relação com a Dor	Dor como disciplina, punição. É visível e instrumentalizada	Dor como sinal de fraqueza, a ser superada pelo desempenho	Dor como escândalo, a ser eliminada por paliativos. Algofobia.
Citação-Chave	"Vigiar e Punir"	"Seja livre" produz uma coação que é mais dominante do que "seja obediente"	O *like* é o signo, o analgésico do presente

Fonte: Autor

Vale destacar: os méritos de *Sociedade Paliativa* incluem essa leitura original da contemporaneidade, que relaciona fenômenos díspares sob a égide da algofobia; o imperativo neoliberal do *"seja feliz"*, a psicologia positiva e sua ideologia da resiliência, o vício em consenso político e moderação, a cultura de *likes* nas redes sociais, e até a crise dos opioides medicando angústias. Han oferece, sim, um alerta sobre os perigos de uma civilização que, para evitar a dor a todo custo, acaba anestesiando a verdade e esvaziando a alteridade.

Por outro lado, a obra se estabelece sobre uma abstração universalizante. A dor de que Byung-Chul fala parece ser uma dor genérica, "humana em geral", o que deixa de fora as dores concretas de grupos subalternizados – povos racializados, periféricos, "colônias internas" nas sociedades pós-coloniais. Sua crítica filosófica pouco dialoga com experiências históricas específicas de sofrimento estrutural, como o racismo, a colonialidade e a violência de Estado, questões em que pensadores decoloniais oferecem contribuições importantes, como Achille Mbembe, Aníbal Quijano, Walter Mignolo, María Lugones, Sueli Carneiro, Lélia González, entre outros (De Oliveira, 2019; Braga, 2024). Nisso, cabe tensionar a teoria de Han a partir de alguns eixos críticos: (i) a "fisiologia" do sofrimento em opressores vs. oprimidos; (ii) a dimensão comunitária da dor; (iii) a polissemia ético-política do sofrimento; e (iv) a urgência de uma hermenêutica crítica da dor.

2 FISIOLOGIA DO SOFRIMENTO: OPRESSOR VS. OPRIMIDO

A condição algofóbica na obra é descrita como se fosse onipresente e homogênea; mas quem exatamente tem o "privilégio" de evitar a dor? A chamada *sociedade paliativa* tende a refletir a experiência dos estratos privilegiados, que dispõem dos meios para suprimir ou terceirizar seu sofrimento. Numa perspectiva crítica, podemos distinguir uma "fisiologia" distinta do sofrimento entre opressores e oprimidos. Os grupos no poder historicamente buscam blindagem contra a dor – seja material (tecnologias médicas, conforto consumista) ou sociopolítica (estabilidade à custa da exploração alheia) – enquanto deslocam os custos e dores para populações vulneráveis. Han sugere que o sujeito neoliberal quer preservar sua saúde e corpo de qualquer elemento externo, de qualquer outro que pudesse gerar dor. Essa formulação revela implicitamente a figura do "Outro" como fonte de sofrimento a ser excluída. De fato, sociedades desiguais constroem "zonas de bem-estar" ou heterotopias para uns à custa da exposição sistemática de outros à dor – basta pensar nas periferias urbanas e presídios (como *colônias internas*), onde a violência e a privação são naturalizadas e mantidas fora de vista. Nisso, a *sociedade paliativa* convive com bolsões de dor crônica, normalmente racializados e marginalizados, que contradizem a fantasia de bem-estar universal.

Nessa ótica, a "democracia paliativa" que Han denuncia ganha um contorno de luta de classes e raça: trata-se de um arranjo em que as elites políticas fogem do conflito aberto e privilegiam consensos superficiais, enquanto as demandas dolorosas dos oprimidos são silenciadas ou patologizadas.

Byung-Chul observa que a política hoje se enclausura num "centro" difuso, evitando alternativas dolorosas e fugindo de reformas que causem sofrimento de curto prazo (Han, 2021). O que ele chama de *pós-democracia analgésica* manifesta-se, por exemplo, quando protestos de grupos marginalizados são rotulados como *perturbações da ordem* ou *"discurso tóxico"*, em vez de sintomas legítimos de injustiça. Entretanto, faltou ao autor explicitar que essa "anestesia" do espaço público serve sobretudo aos interesses de quem já está confortável no status quo. Para os grupos oprimidos, a ausência de conflito aberto frequentemente significa a perpetuação silenciosa de sua dor. Pensadores decoloniais nos lembram que, sob a máscara da paz social, seguem operando processos históricos de violência: *"'o fim do mundo' já houve para muitas mulheres indígenas e outros sujeitos violentados pelo colonialismo"* (González et al., 2024). Ou seja, o mundo utopicamente asséptico que os opressores almejam é construído sobre as distopias muito reais dos oprimidos. A "fisiologia" do opressor demanda analgésicos constantes – midiáticos, farmacológicos, ideológicos – enquanto a do oprimido é marcada por feridas abertas e pela resistência cotidiana para sobreviver a elas.

Reconhecer essa diferenciação é indispensável para politizar a crítica de Han. Seu mérito está em notar que a sociedade positiva trata o sofrimento como fracasso individual; contudo, é preciso acrescentar que muitas dores não resultam de escolha ou falta de resiliência pessoal, e sim de estruturas

opressivas. A algofobia dominante pode ser lida, então, como expressão de uma classe/raça dominante que recusa enxergar a dor que produz nos outros – deslocando-a para a esfera privada ou patologizando-a – a fim de manter sua própria consciência tranquila. A sociedade paliativa convive com uma sociedade da dor mantida nas sombras, longe de abarcar a todos. Esse ponto cego na obra – a falta de diálogo com a dor "bruta" de quem experimenta cotidianamente a barbárie, sem anestesia possível – limita o alcance crítico de sua tese. Uma abordagem mais completa requer articular a algofobia contemporânea com as dinâmicas históricas de opressão que distribuem desigualmente a possibilidade de evitar (ou não) o sofrimento.

3 DIMENSÃO COMUNITÁRIA DA DOR

Outro aspecto negligenciado em *Sociedade Paliativa* é o que poderíamos chamar de dimensão comunitária da dor. Han argumenta que, na era do bem-estar compulsório, "expulsa-se a dor do domínio público" – conflitos sociais são evitados e qualquer sofrimento remanescente é interiorizado e medicalizado, virando questão privada. Com isso, perdemos a catarse coletiva, pois a cultura do alívio imediato "condena a dor a calar-se" e impede que ela se converta em linguagem partilhada. Para o autor:

> "A passividade do sofrer não tem lugar na sociedade ativa dominada pelo poder [Können]. Hoje se remove à dor qualquer possibilidade de expressão. Ela é, além disso, condenada a calar-se" (Han, 2021, p. 14).

Sem dúvida, o filósofo acerta ao notar que a dor emudecida reaparece como depressão isolada, isto é, *insurgências coletivas viram tristezas individuais*. No entanto, sua análise concentra-se na ausência da dor na esfera pública, sem explorar caminhos de ressignificação comunitária do sofrer. Se a cultura paliativa nos priva de rituais catárticos, cabe perguntar: que formas de coletivização da dor resistem ou poderiam ser (re)criadas?

Historicamente, comunidades oprimidas desenvolveram estratégias de compartilhar e politizar a dor, transformando-a em fonte de vínculo e força coletiva (Martin, 2024. Conceição Evaristo, por exemplo, ressalta que na escrita de mulheres negras ecoam memórias coletivas de dor e sofrimento, mas também de amor, de união e da possibilidade do livre pensamento (Grants et al., 2019), configurando um testemunho solidário e emancipatório. Em vez de ocultar a dor "debaixo do tapete da positividade", como faz a cultura da complacência denunciada no livro, práticas culturais comunitárias trazem a dor à tona como matéria de expressão e união. Pense-se nos funerais e protestos que convertem luto privado em indignação pública, ou na arte engajada (poesia, música, teatro) que dá voz ao sofrimento de um povo. Esses são momentos em que a dor deixa de isolar indivíduos e passa a fundar coletividades de resistência.

A filosofia de Han menciona a falta de catarse, mas não chega a celebrar tais exemplos concretos de catarses coletivas – como os cantos espirituais de escravizados, uma "dororidade" (solidariedade forjada na dor comum) entre mulheres negras (Piedade, 2018), ou as manifestações em que feridas sociais são expostas e elaboradas conjuntamente.

O valor político-cultural de reconhecer a dimensão comunitária da dor está em recusar a privatização imposta pela ideologia neoliberal. Se o discurso dominante diz "sofra calado, busque ajuda individual (terapia, coaching)", a resposta contra-hegemônica é "soframos juntos, transformemos dor em discurso e ação". Han chega perto disso em suas outras obras (*A Expulsão do Outro* e *O Desaparecimento dos Rituais*, por exemplo) e também ao lembrar que "a dor purifica" e que precisamos reinseri-la na vida para recuperarmos nossa humanidade. Contudo, sua abordagem permanece abstrata demais, calcada em Hegel e na ideia do negativo como motor dialético, sem considerar etnograficamente como comunidades reais lidam com a dor. Há aqui uma oportunidade propositiva: resgatar e incentivar formas comunitárias de elaborar o sofrimento, pois elas rompem o círculo vicioso da algofobia (que isola e patologiza) e podem impulsionar mudanças sociais. Quando a dor encontra um canal coletivo de expressão – uma greve, um rito, uma narrativa compartilhada – ela deixa de ser mero sintoma a suprimir e torna-se denúncia e memória. A análise de Han, então, ganharia em robustez se incorporasse essa perspectiva: a de que a dor, quando partilhada, pode converter-se em potência comunitária e força transformadora, especialmente para aqueles cuja dor foi historicamente silenciada.

4 POLISSEMIA ÉTICO-POLÍTICA DO SOFRIMENTO

Um terceiro eixo de reflexão diz respeito à polissemia ético-política do sofrimento. Han defende, com apoio em Adorno, que reconhecer o sofrimento é indispensável para a verdade e a ética – pois quem não encara a dor (própria e alheia) acaba refugiado em ilusões. Mesmo assim, convém problematizar: nem toda dor "purifica" ou edifica da mesma forma, e o significado ético-político do sofrer varia conforme o contexto. Há um risco de, na ânsia de valorizar a dor como antídoto ao vazio contemporâneo, romantizarmos ou homogeneizarmos experiências muito distintas. Por exemplo, a dor do oprimido que luta por justiça não equivale à dor do opressor diante da perda de seus privilégios – eticamente, uma representa um apelo legítimo, outra talvez uma reação de resistência à mudança. Assim, urge distinguir entre sofrimento como resultado da violência (que clama por reparação) e sofrimento como caminho de aprendizado ou empatia. Han parece sugerir que toda dor carrega em si uma verdade potencial; contudo, ele pouco discute o *conteúdo* dessa verdade em diferentes situações.

Trazer a perspectiva decolonial ajuda a enxergar essa polissemia. Para povos historicamente subjugados, a dor tem sido tanto uma prova da injustiça do mundo quanto um estopim de insurgência ética. Como notou Frantz Fanon, a violência colonial inscreve a dor nos corpos dos colonizados, mas

dessa ferida pode brotar a consciência revolucionária (Bernardino-Costa, 2016). Por outro lado, regimes autoritários frequentemente instrumentalizam a dor de certos grupos para justificar políticas reacionárias (por exemplo, alegando "sofrimento" da maioria para oprimir minorias). Logo, o sofrimento não possui um sentido unívoco e intrínseco – ele precisa ser interpretado e situado politicamente. Byung-Chul Han condena, sim, a recusa total da negatividade, pois esta impede qualquer elaboração ética; de toda forma, falta em sua obra um engajamento com *quais* dores merecem que tipo de resposta. A "dor do outro" deve nos interpelar eticamente, mas exige discernimento crítico: há sofrimentos que pedem solidariedade e reparação (a dor de quem é injustiçado), outros que demandam desconforto pedagógico (a dor do privilegiado confrontado com a perda de status pode ser parte de um processo de igualdade).

Além disso, vale considerar que o sofrimento também pode ser manipulado discursivamente no campo político (Davis, 1992; Joye, 2009). A sociedade paliativa tende a ocultar conflitos sob uma linguagem higienizada, porém quando a dor finalmente irrompe no discurso, nem sempre o faz de maneira emancipatória: às vezes, é canalizada para vitimismos ou ressentimentos regressivos.

Adorno alertava que expressar o sofrimento era condição da verdade, mas igualmente esse sofrimento precisa ser traduzido em crítica social e não em mera autocomiseração (Caux; Silva, 2025). Em outras palavras, existe uma *ética da dor*: como narramos e respondemos ao sofrimento importa. *Sociedade Paliativa* nos lembra que silenciar a dor é eticamente empobrecedor; caberia acrescentar que vocalizar a dor também pode ser eticamente ambíguo se não apontar para a transformação.

Aqui reside a polissemia: o sofrimento pode fundamentar tanto uma ética da compaixão e justiça quanto servir a retóricas de ódio ou de resignação, dependendo de como é interpretado. Essa leitura crítica da obra, então, complementa a tese ressaltando a necessidade de diferenciar os usos políticos do sofrimento: quem fala em nome de qual dor, com que intenção e consequência. Essa atenção ao *contexto moral do sofrer* evitaria equívocos como glorificar o padecimento em si ou cair na armadilha oposta de ignorar as demandas concretas que emanam da dor social.

5 HERMENÊUTICA CRÍTICA DA DOR

Para avançar nesses pontos: uma hermenêutica crítica da dor, algo que ultrapassa o escopo delineado por Han. Se a sociedade atual carece de linguagem para a dor, como observa Elaine Scarry, é preciso empreender um esforço interpretativo coletivo: ler a dor como texto social. Scarry (2020) argumenta que *"não há normalmente nenhuma língua para a dor", que "a dor física é difícil de expressar; e que essa inexpressibilidade tem consequências políticas"*. Em outras palavras, quando o sofrimento não encontra voz nem reconhecimento, as estruturas de poder se mantêm opacas e incontestadas. Byung-Chul Han diagnostica precisamente essa mudez induzida. A hermenêutica crítica

da dor consiste em reverter esse silenciamento por meio da interpretação engajada: dar sentido, contexto e visibilidade ao sofrimento escondido.

Em termos práticos, tal hermenêutica significa escutar ativamente as narrativas dos que sofrem e inseri-las no debate público como conhecimento válido. Adorno já incumbia os teóricos críticos da "tarefa de emprestar suas vozes ao sofrimento dos outros… e compreender as condições que dão origem ao sofrimento" (Cook, 2014, p. 116, apud Caux; Silva, 2025). Isso implica investigar as *causas sociais e o significado coletivo* de dores que, à primeira vista, parecem individuais ou "naturais". Por exemplo, o aumento de doenças psíquicas (depressão, ansiedade) deve ser lido não apenas como questão médica, mas como sintoma de um mal-estar civilizatório; da mesma forma que a dor de comunidades indígenas frente à devastação ambiental revela a crise de nossa relação com a Terra (tal qual autores como Ailton Krenak têm insistido).

A hermenêutica da dor demanda cruzar fronteiras disciplinares: convoca filósofos, sociólogos, psicólogos, artistas e os próprios sujeitos sofrentes a dialogarem para decifrar o que a dor está nos dizendo sobre a sociedade. Onde Han aponta um silêncio (a dor exilada do discurso), devemos propor métodos de escuta e tradução.

Ademais, uma hermenêutica crítica tem de ser situada e decolonial. Isso significa reconhecer que a interpretação da dor não pode ser monocultural. Diferentes cosmologias e ecologias encaram o sofrimento de modos distintos – em muitas tradições indígenas, por exemplo, a dor e a cura estão ligadas a uma visão holística do bem-viver, que contrasta com a abordagem farmacológica ocidental (Werá, 2024). Ignorar essas perspectivas perpetua o epistemicídio, silenciando formas de saber sobre o sofrer e o curar. Portanto, ler criticamente a dor envolve ampliar o cânone de vozes: ouvir o canto de resistência afro-brasileiro junto com a filosofia europeia; valorizar o testemunho de mulheres periféricas ao lado das teorias acadêmicas. Com isso, evitamos que a "universalização" filosófica da dor – da qual Han tem seu envolvimento – apague as especificidades que importam.

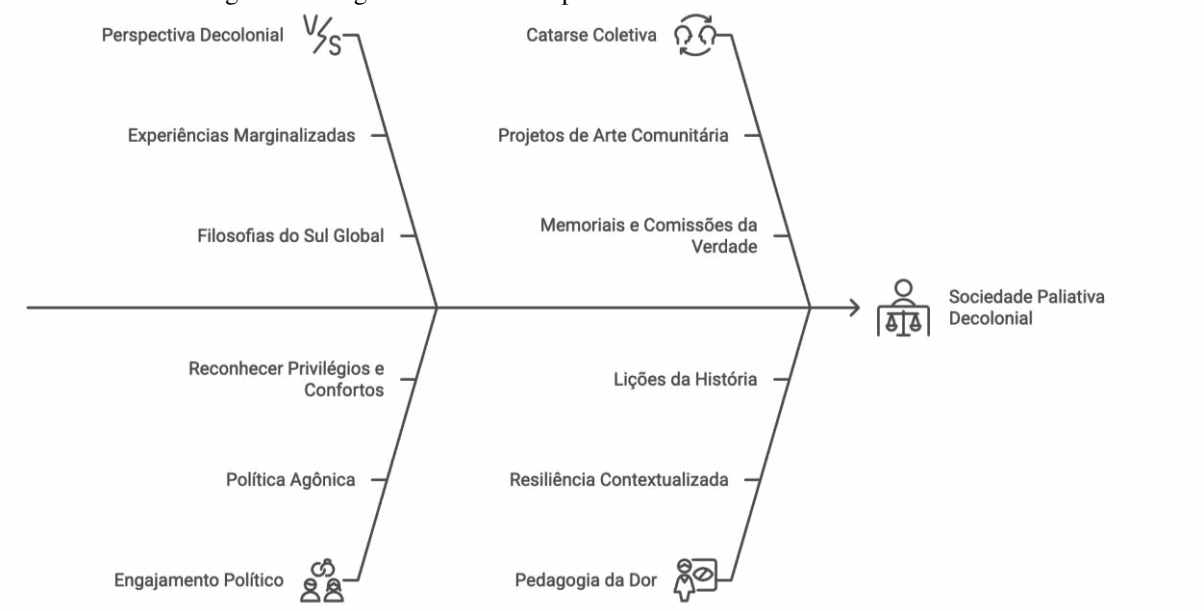
A hermenêutica aqui proposta seria crítica porque desafia as explicações fáceis (por exemplo, a narrativa neoliberal de que basta resiliência individual para superar dores) e expõe as ligações entre dor e poder. Ela decifra, por exemplo, como certa política ostensivamente compassiva (paliativa) serve para administrar populações sofridas sem mudar as estruturas que causam o sofrimento. Precisamos ler a dor como um *texto político-cultural* que clama por interpretação e resposta, oferecendo caminhos para reinseri-la no discurso público de modo produtivo: nem glorificando-a de forma abstrata, nem ocultando-a, mas compreendendo-a para então transformá-la.

6 APONTAMENTOS E SUGESTÕES PROPOSITIVAS

A crítica a *Sociedade Paliativa* aqui desenvolvida não diminui a importância da obra de Byung-Chul Han; de outro modo, parte de suas contribuições e lacunas para expandir seu alcance. Han acerta

ao desvelar os perigos de uma sociedade que, obcecada por evitar dores, acaba evitando a verdade. Sua obra ilumina fenômenos contemporâneos importantes para novas ecologias das dores: do *like* como analgésico cultural às *fake news* como confortadoras de visões de mundo, passando pela psicologia positiva que promete felicidade enquanto "transforma experiências traumáticas em catalisadores de desempenho" (Han, 2021, p. 11-12).

Figura 1 - Diagrama de Ishikawa para uma Sociedade Paliativa Decolonial



No entanto, ao submetermos *Sociedade Paliativa* a uma lente político-decolonial, evidenciamos que falta à análise um engajamento com as dores da periferia do mundo e das periferias dentro do mundo. Para avançar, algumas proposições se impõem, conforme Figura 1 e lista abaixo:

1. Decolonizar a teoria da algofobia: incorporar às futuras reflexões as vozes e experiências de quem vive à margem do "paraíso paliativo". Isso significa ler Han em diálogo com pensadores decoloniais, que testemunham dores coloniais e racializadas ausentes na filosofia do Norte Global. Uma *sociedade paliativa* globalizada só poderá ser plenamente compreendida se considerarmos como o bem-estar de uns foi construído sobre o sofrimento de outros. Incluir essa perspectiva decolonial tornaria a teoria mais justa e abrangente, evitando a crítica genérica em favor de uma crítica situada.
2. Revalorizar o político na dor: em vez de somente lamentar a fuga contemporânea do conflito, é preciso afirmar o conflito como motor de progresso social. Políticas verdadeiramente democráticas não podem ser indolores – elas exigem enfrentar privilégios, romper com confortos estabelecidos. Assim, propõe-se resgatar a "política agônica" (nos termos de Chantal Mouffe, que Han cita no primeiro capítulo, sem aprofundamento) como antídoto à democracia paliativa. Os formuladores de políticas e movimentos sociais devem reconhecer que certo grau de "dor" (esforço, perda, desconstrução) é inerente a qualquer transformação significativa.

Normalizar isso é retirar o estigma do dissenso, permitindo que a dor social se torne visível como questão pública legítima, e não um desvio a ser suprimido.

3. Cultivar espaços de catarse coletiva e escuta: no âmbito cultural e educacional, é recomendável incentivar práticas que permitam elaborar a dor conjuntamente. Pode-se investir em projetos de arte comunitária, círculos de diálogo, apoio mútuo em saúde mental, memoriais e comissões da verdade – iniciativas onde o sofrimento histórico e atual seja nomeado e confrontado, em vez de medicado e esquecido. Esses espaços funcionam como contraponto à anestesia midiática, ajudando a restabelecer o vínculo entre a experiência do sofrimento e a ação solidária. C*om a perda da dor, perde-se a relação com o outro*; logo, recuperá-la de forma construtiva pode restaurar laços comunitários e empatia social em tempos de fragmentação.
4. Desenvolver uma pedagogia da dor: por fim, sugerimos trazer essa hermenêutica crítica da dor para a educação e formação cidadã. Em vez de reforçar apenas discursos motivacionais de sucesso e felicidade, as escolas e mídias poderiam ensinar sobre resiliência contextualizada, sobre as lições da história do sofrimento humano (guerras, escravidão, resistências) e sobre habilidades de compaixão. Uma pedagogia que não tema discutir o trágico e o doloroso prepara indivíduos capazes de enfrentar frustrações sem negar a realidade. Isso não significa glorificar a dor, mas integrá-la como parte da condição humana e da luta por um mundo melhor – conscientizando, por exemplo, que o conforto de hoje muitas vezes veio da dor de ontem, e que cabe a nós não perpetuar ciclos de violência.

A relação com a dor não é apenas individual ou metafísica, mas social e histórica. Uma sociedade plena não é aquela que elimina toda dor, mas sim a que sabe escutar o sofrimento de todos, extrair dele verdades e mobilizar curas coletivas. Confrontar as dores que evitamos (sejam elas angústias íntimas, sejam as feridas abertas de nossos semelhantes) é transcender a mera sobrevivência anestesiada e ambicionar, no desejo de Han, uma vida verdadeiramente humana.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!. Civitas-Revista de Ciências Sociais, v. 16, p. 504-521, 2016.

BRAGA, Emerson dos Santos. Decolonialidade e sofrimento ético-político: repensando a saúde mental no contexto escolar. In: LIBERALI, Fernanda Coelho (org.) et al. Diálogos insurgentes: perspectivas decoloniais em transformação. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2024. p. 245-257.

CAUX, Luiz Philipe de; SILVA, Eduardo Soares Neves. As reivindicações da dor: crítica e sofrimento em Theodor W. Adorno. Trans/Form/Ação, v. 48, n. 2, p. e025029, 2025.

DAVIS, John. The anthropology of suffering. J. Refugee Stud., v. 5, p. 149, 1992.

DE OLIVEIRA, Natalino da Silva. "Escrever é sangrar": reflexões sobre ancestralidade, racismo e dor em Olhos d'água de Conceição Evaristo. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v. 29, n. 1, p. 179-195, 2019.

GONZÁLEZ, Danae Gallo et al. Tecendo futuros. Utopias e distopias contra/coloniais. outra travessia, v. 1, n. 37, p. 8-21, 2024.

GRANTS, Andréa Figueiredo Leão et al. Desfiando fios retorcidos de uma longa história: encontros com a literatura de Conceição Evaristo. Anuário de literatura: Publicaçao do Curso de Pós-Graduaçao em Letras, Literatura Brasileira e Teoria Literária, v. 24, n. 1, p. 8-12, 2019.

GUERRA, Renata. A lógica da teoria crítica em Adorno: um estudo sobre a Dialética negativa. 2023. 323 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

GUERRA, Renata. Comentário a "As reivindicações da dor: crítica e sofrimento em Theodor W. Adorno". Trans/Form/Ação, v. 48, n. 2, p. e025074, 2025.

HAN, Byung-Chul. Sociedade paliativa: a dor hoje. Editora Vozes, 2021.

JOYE, Stijn. The hierarchy of global suffering: A critical discourse analysis of television news reporting on foreign natural disasters. The Journal of International Communication, v. 15, n. 2, p. 45-61, 2009.

MARTIN, Raquel. EMPOWERING COMMUNITIES THROUGH SYSTEMIC RESILIENCE. Cultivating Systemic Resilience in Therapy: Applications and Interventions for Families, Relationships, and Individuals, 2024.

PIEDADE, Vilma. Dororidade. Nós, 2018.

SCARRY, Elaine. The body in pain: The making and unmaking of the world. In: The body. Routledge, 2020. p. 324-326.

SILVA MAIA, Francisco Jadson; ALMEIDA, Luzia Cristina Lopes. Algofobia e a democracia paliativa atual. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 38, p. 1-6, jul. 2024. DOI: 10.14393/REVEDFIL.v38a2024-68544.

WERÁ, Kaká. Tekoá: uma arte milenar indígena para o bem-viver. Best Seller, 2024.